

STJ00119215

Mario Vitor Aufiero

Coisa
julgada
parcial

prefácio: Paulo Henrique dos Santos Lucon
apresentação: William Santos Ferreira

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiárias: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielie Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiária: Rebeca Crespo Rangel

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aufiero, Mario Vitor
Coisa julgada parcial / Mario Vitor Aufiero. --São Paulo : Thomson Reuters
Brasil, 2024.

Bibliografia
ISBN 978-65-260-1815-6

1. Coisa julgada 2. Coisa julgada (Processo civil) I. Título.

23-184449

CDU-347.953

Índices para catálogo sistemático:

1. Coisa julgada : Direito processual civil 347.953
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	15

PARTE I PREMISSAS ESTRUTURAIS

CAPÍTULO 1 – MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO	23
1. Importância das garantias e dos princípios constitucionais e suas implicações para o tema.....	23
2. Contraditório	26
3. Segurança jurídica	29
4. Duração razoável do processo e celeridade: a eficiência processual	33

PARTE II SENTENÇA E DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO

CAPÍTULO 2 – NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DOGMÁTICA DO FRACIONAMENTO DO MÉRITO A PARTIR DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	41
1. Pronunciamentos judiciais	41
2. Tratamento e sistemática das sentenças e decisões interlocutórias no Código de Processo Civil de 1973.....	42
3. Em torno da sentença e da impossibilidade de decisões parciais de mérito: dogmas, óbices e superação.....	47
4. Premissas que sustentam o fracionamento do mérito	51
5. Tratamento e sistemática das sentenças e decisões interlocutórias no Código de Processo Civil de 2015.....	58
6. Conceito de mérito	62
7. Mérito e questões de mérito	69

CAPÍTULO 3 – DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO	71
1. Decisões parciais e sentenças parciais: distinções terminológicas.....	71
2. Julgamentos parciais: técnicas de fracionamento do mérito.....	72
3. Cumulação de pedidos.....	75
4. Litisconsórcio: cumulação subjetiva e impactos no julgamento parcial.....	84
5. Mérito decomponível.....	88
6. Incontrovérsia do pedido.....	89
7. Condições de imediato julgamento.....	93
8. Ato vinculado do juiz.....	97
CAPÍTULO 4 – TEORIA DOS CAPÍTULOS DA DECISÃO	101
1. Introdução à teoria.....	101
2. Visão clássica de Giuseppe Chiovenda.....	102
3. A construção e lapidação por Enrico Tullio Liebman.....	103
4. A proposta de Francesco Carnelutti.....	103
5. Contribuição e influência de Cândido Rangel Dinamarco no Direito brasileiro.....	104
6. Outras construções doutrinárias brasileiras.....	106
7. Aplicabilidade e aceitação da teoria no Código de Processo Civil 2015 e nos tribunais.....	107
8. Teoria dos capítulos da decisão, não somente da sentença.....	110
9. Autonomia e independência de capítulos.....	110
10. Elementos ou preceitos imperativos da decisão.....	111
11. Capítulos principais, acessórios, prejudiciais e preliminares.....	113
12. Capítulos processuais e de mérito.....	116
13. Acomodação de premissas e conceitos.....	117

PARTE III COISA JULGADA PARCIAL

CAPÍTULO 5 – COISA JULGADA	123
1. Origens e evolução histórica na tradição romano-germânica.....	123
2. As principais correntes sobre o conceito da coisa julgada no Brasil e a sua utilidade.....	128
3. Conceito de coisa julgada.....	136
4. A definição de coisa julgada positivada no Direito brasileiro.....	138
5. Coisa julgada formal e material. Distinções tradicionais.....	140

6.	(Ir)relevância doutrinária e prática da coisa julgada formal.....	142
7.	Efeitos ativo e negativo da coisa julgada	148
8.	Limites da coisa julgada.....	151
9.	Limites objetivos	152
10.	Limites subjetivos.....	156
11.	Limites temporais.....	158
12.	Eficácia preclusiva da coisa julgada	160
CAPÍTULO 6 – FORMAÇÃO DA COISA JULGADA PARCIAL.....		163
1.	Ponto de partida: cisão do mérito	163
2.	Cisão do mérito não é necessariamente fracionamento de pedidos cumulados.....	167
3.	Cisão cognitiva: decisão parcial com apreciação do mérito.....	169
4.	Decisão parcial sem apreciação do mérito.....	171
5.	Atividade progressiva da cisão cognitiva e a formação da coisa julgada parcial.....	173
6.	Relação entre coisa julgada parcial e capítulos da decisão.....	177
7.	Tutela antecipada, decisão parcial e coisa julgada: o fim da polêmica (?) ...	179
8.	Encaixe terminológico: coisa julgada parcial x coisa julgada progressiva	185
9.	Coisa julgada parcial: (in)ocorrência quando existirem capítulos interligados/dependentes	187
10.	Conflito entre coisas julgadas.....	191
11.	A peculiaridade da decisão sobre decadência ou prescrição.....	195

PARTE IV REPERCUSSÕES DA COISA JULGADA PARCIAL

CAPÍTULO 7 – REPERCUSSÕES NO ÂMBITO RECURSAL		201
1.	Relação entre recorribilidade e coisa julgada parcial: noções gerais e sistematização	201
2.	Efeito translativo de recursos e as questões de ordem pública. <i>Reformatio in pejus</i> : (im)possibilidade.....	205
3.	Técnica de ampliação do colegiado (art. 942, CPC): divergência parcial.....	212
4.	Remessa necessária.....	218

CAPÍTULO 8 – REPERCUSSÕES NA AÇÃO RESCISÓRIA	223
1. Noções gerais: decisões rescindíveis e pressupostos	223
2. Prazos para proposição da ação rescisória	225
3. Súmula n. 401 do Superior Tribunal de Justiça: história, fundamentos e posições doutrinárias	227
4. Proposta de sistematização de acordo com a identificação da coisa julgada parcial	233
CONCLUSÃO	241
REFERÊNCIAS	251